

## **PLANEJAMENTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O USO DAS MÍDIAS NA EDUCAÇÃO: NECESSIDADES E DESAFIOS DO ENSINO PÚBLICO**

### **TEACHER TRAINING PLANNING FOR THE USE OF MEDIA IN EDUCATION: PUBLIC EDUCATION NEEDS AND CHALLENGES**

Dinalmir Pereira dos Santos<sup>1</sup>

Leonardo dos Santos Bandeira<sup>2</sup>

Luciana Borgerth Vial Corrêa<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

O presente trabalho objetiva trazer à reflexão de educadores e gestores de ensino, dados, informações e saberes sobre a importância das mídias na formação e na prática pedagógica dos professores. Faz-se um estudo de revisão literária, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental, numa abordagem exploratória qualitativa. Pelo exposto neste trabalho, educadores, gestores, intelectuais, políticos e cidadãos, todos têm de aliar seus conhecimentos, seus saberes e suas vivências ao dever pátrio e humanitário de assegurar os sabidos e indispensáveis requisitos de uma Educação Nacional de qualidade, que o agora e o futuro exigem para a formação dos cidadãos que são pilares do edifício social da nação brasileira. Verifica-se, de um lado, o consenso de que a educação é um eficiente e eficaz poder de mudança de comportamento e de construção da cidadania para o desenvolvimento social; de que é relevante para a aprendizagem o uso de tecnologias midiáticas pelo professor; de que as insuficiências e deficiências existem em grande parte das escolas brasileiras. Por outro lado, identifica-se a ineficiência na formação de professores e a ineficácia do que resulta dos respectivos planejamentos, as quais podem ser constatadas nas práticas pedagógicas da maioria das salas de aula, principalmente nas redes públicas municipais, pela carência de recursos materiais.

**Palavras-chave:** Planejamento. Formação de Professores. Mídias na Educação.

#### **ABSTRACT**

The present work aims at bringing to reflection of educators and education managers, data, information and knowledge about the importance of media training and pedagogical practice of teachers. A study of literary review, using the bibliographic and documentary research, exploratory qualitative approach. Therefore in this work, educators, managers, intellectuals,

<sup>1</sup> Especialização em Tecnologias em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ; Graduação em Ciências com habilitação em Matemática pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA.

<sup>2</sup> Especialização em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes - UCAM; Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína – FAHESA/ITPAC.

<sup>3</sup> Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ; e Mestrado em Educação pela mesma instituição.

politicians and citizens, everyone must combine their skills, their knowledge and their experiences to the solidarity and humanitarian duty to ensure the known and essential requirements of a national quality Education, the now and the future demand for the formation of citizens who are pillars of social building of the Brazilian nation. There is, on one side, the consensus that education is an efficient and effective power of behavior change and the construction of citizenship for social development; that is relevant to learning the use of media technologies by the teacher; that the inadequacies and deficiencies exist in most Brazilian schools. On the other hand, identifies the inefficiency in teacher training and the ineffectiveness of the resulting of their plans, which can be found in the pedagogical practices of most classrooms, mainly in the public municipal networks, by the lack of material resources.

**Keywords:** Planning. Training of Teachers. Media in Education.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação é basicamente o mais eficiente e eficaz poder de mudança de comportamento e de construção da cidadania para o desenvolvimento social. Esse é um entendimento consensual em todos os segmentos da sociedade e em todas as sociedades do mundo. Todavia, em muitos casos, e inclusive o caso brasileiro, ainda há um enorme fosso entre o que deveria ser e o que realmente é.

Sabe-se que a educação fundamental, adequadamente qualificada e disponibilizada para os jovens de uma sociedade, no início de seu processo de aprendizagem, é fator decisivo na equação capaz de solucionar os mais importantes problemas e desafios da estrutura social e do convívio humano.

Contudo, sabe-se também que é justamente nessa educação fundamental onde residem as maiores carências de toda ordem e, muito particularmente, nas escolas públicas.

Vive-se um momento, sob o prisma da realidade do desenvolvimento humano e de sua relação com a natureza, em que exige do professor um saber multidisciplinar, com conteúdos ajustados à realidade cotidiana do aluno e da sociedade, inclusive adaptados à dinâmica evolutiva dos conhecimentos tecnológicos, de modo que ele não apenas seja bem formado, mas continuamente preparado para o exercício de seu papel de educador.

Se, de um lado, existem saberes e conhecimentos facilmente disponíveis para a excelência de práticas pedagógicas, como é o caso dos que tratam de recursos midiáticos aplicáveis à Educação, os quais propiciam ao professor e ao aluno visualizarem, desde o mais geral até o mais particular dos processos naturais ou fatos sociais, infelizmente, há o outro lado, nem sempre claramente visualizável, das carências, das incapacidades ou das

incompetências no plano da gestão do sistema de ensino brasileiro, principalmente no âmbito das escolas públicas das redes municipais do ensino fundamental.

O contexto de modernidade e de avanços tecnológicos e a realidade de insuficiências e de deficiências, que desafiam a desejável excelência do ensino público fundamental, remetem o gestor de ensino e o educador a considerações que enfocam a necessidade de planejamentos adequados e factíveis, em todas as esferas de governo, para a formação continuada do professor, cujos conteúdos curriculares contemplem, também, sua capacitação para o uso específico e apropriado das mídias em suas práticas pedagógicas.

Quando a sociedade em geral, quando as famílias em particular e quando os educadores em especial observam criticamente a realidade ou a prática educacional nas escolas públicas, sob o enfoque dos processos de ensino e de aprendizagem, da formação dos professores e de sua capacidade para o exercício de suas atividades, fazendo, por exemplo, o uso dos atuais recursos tecnológicos aplicáveis à Educação, logo se fazem inúmeras perguntas, tais como:

- Por que uma grande parte dos professores não faz uso adequado das mídias no processo ensino-aprendizagem?
- Quais são as principais causas para a insuficiência e/ou inadequação do uso das mídias na Educação?
- Quais os principais fatores a serem observados na elaboração de um planejamento, com vistas à formação de professores para o uso das mídias?
- Que ações e respectivas estratégias devem ser implementadas, a fim de que o planejamento para o uso das mídias seja realmente eficaz?
- O que merece destaque em nossa literatura a esse respeito?

E, diante de tais indagações, pelo menos no seio dos profissionais da educação, muitos acreditam que parte expressiva da ineficiência no cumprimento dos planejamentos para a formação de professores e da ineficácia no uso das mídias, na Educação, não está apenas na falta de motivação, conhecimento e capacitação do professor, mas também está no próprio planejamento para essa formação e na sua efetivação, desde os níveis mais elevados da gestão do ensino brasileiro pelo Ministério da Educação - MEC, até os mais básicos, como os da gestão do ensino fundamental nas redes públicas municipais. De modo que, embora os fatores motivação, planejamento e formação sejam insofismavelmente necessários, eles não são em si mesmos, suficientes, para que se alcancem os níveis de padrões de excelência desejáveis para a Educação brasileira.

É preciso que se revejam as generalidades e as especificidades que envolvem o tema da educação, com foco no planejamento de formação dos professores e sua capacitação para o uso das tecnologias midiáticas, a fim de que se tenha uma visualização mais consistente das realidades envolvidas e de modo que aos que têm competências ou atribuições no processo decisório do sistema de ensino nacional encontrem elementos apropriados e condições de tomar as medidas que se fizerem necessárias à consecução dos desejados padrões educacionais.

Ao se fazer um estudo de revisão de literatura sobre o tema, embasou-se em pesquisa exploratória de bibliografias e documentos, desde os emanados do MEC até os concebidos pelos diversos estudiosos da Educação, de modo a formar a convicção dos operadores da Educação, no sentido de que planejar bem é essencial para executar bem a formação de professores.

Nos tempos atuais é de relevante importância para o processo de ensino e de aprendizagem o uso das mídias na prática pedagógica do educador; e de que não há como existir professor com bom desempenho educacional sem que ele esteja devidamente formado e capacitado para promover a educação, com o uso de recursos oferecidos pela modernidade tecnológica da informação e da comunicação.

Dada a enorme abrangência do assunto, este estudo pretende circunscrever-se no âmbito da rede de ensino público fundamental, com vistas aos seguintes objetivos: *Geral* – trazer à reflexão de educadores e gestores de ensino, dados, informações e saberes sobre a importância das mídias na formação e na prática pedagógica dos professores; e *Específico* – identificar, na literatura, elementos normativos, conceituais e filosóficos sobre a relevância do planejamento e sua efetivação na formação continuada e na capacitação especializada de professores da rede pública do ensino fundamental, a fim de se adequarem às demandas da modernidade tecnológica e informacional aplicadas à Educação.

O desenvolvimento do tema contempla uma breve apreciação conceitual sobre planejamento, formação e mídias, uma síntese de pensadores educacionais, como referencial teórico, e uma revisão da literatura oficial e de estudiosos do assunto, o que permite o reforço da convicção sobre a relevância do planejamento e sua efetivação, para a formação continuada de professores no processo educacional.

## **2 PLANEJAMENTO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E MÍDIAS NA EDUCAÇÃO: ESTUDANDO E REVENDO A LITERATURA**

## 2.1 Aspectos conceituais básicos

Para o caso da Educação, o conceito de *planejamento* que Libâneo (2001, p. 123) apresenta, em *Organização e Gestão da Escola*, deixa com suficiente clareza os aspectos que precisam ser observados, a fim de que as necessidades sejam atendidas e os objetivos alcançados:

Consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir dentro das possibilidades, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação. O processo e o exercício de planejar referem-se a uma antecipação da prática, de modo a prever e programar as ações e os resultados, constituindo-se numa atividade necessária à tomada de decisões.

Como se pode depreender dessa conceituação e como se poderia pressupor sobre as ações dos gestores do ensino público, o planejamento voltado para a formação de professores deve ter observado as reais necessidades de capacitação do professor dos tempos atuais de tecnologias e informação, os objetivos a alcançar com a educação do futuro cidadão e profissional produtivo, os procedimentos a serem seguidos para que essa formação seja eficiente, os recursos disponíveis para viabilizar a execução do planejamento, em todos os níveis de suas competências, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Quanto à *formação continuada de professores*, vários são os dispositivos legais e normativos que tratam do assunto e podem ilustrar a importância dessa formação no processo educacional:

A Lei 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Artigo 67, inciso II, ao tratar da valorização dos profissionais da Educação, assegura a formação continuada do professor, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim.

O Decreto 6.094/2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em seu Artigo 2º, inciso XII, incentiva a instituição de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação e, no Artigo 8º, § 3º, trata da assistência técnica e financeira da União às redes públicas de educação, a partir dos eixos de ação orientados para a formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar.

O Decreto 6.571/2008, que trata de atendimento educacional especializado, dispõe, em seu Artigo 3º, inciso II, que o apoio técnico e financeiro da União será prestado a ações

voltadas para a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado.

A Resolução do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP Nº 1, de 18/02/2002, institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, as quais evidenciam que existem normas adequadas ao espírito do que deve ser a formação do docente. Vejam-se, dentre outros, os seguintes dispositivos dessa resolução:

- A formação do docente deve prepará-lo para “o ensino visando a aprendizagem do aluno” (Art. 2º, inciso I) e para “o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores” (Art. 2º, inciso VI).

- As “escolas de formação garantirão, com qualidade e quantidade, recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação” (Art. 7º, inciso VI).

- O planejamento da “matriz curricular para a formação de professores” é “o primeiro passo para a transposição didática, que visa a transformar os conteúdos selecionados em objeto de ensino dos futuros professores” (Art. 10).

- Dentre os eixos articuladores para os critérios de organização da matriz curricular devem contemplar a “formação comum com a formação específica” (Art. 11, inciso IV) e as “dimensões teóricas e práticas” (Art. 11, inciso VI).

- “A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor” (Art. 12, § 2º) e “poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo” (Art. 13, § 2º).

- Deverá ser concebido “um sistema de oferta de formação continuada, que propicie oportunidade de retorno planejado e sistemático dos professores às agências formadoras” (Art. 14, § 2º).

- Após 18 de fevereiro de 2004, “os recursos de formação de professores para a educação básica que se encontrar em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução” (Art. 15).

- Deverá ser organizado um sistema federativo de certificação de competências dos profissionais de educação básica, conforme dispõe o Art. 16:

O Ministério da Educação, em conformidade com o § 1º Art. 8º da Lei 9.394, coordenará e articulará em regime de colaboração com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e representantes de Conselhos Municipais de Educação e das associações profissionais e científicas, a formulação de proposta de diretrizes

para a organização de um sistema de certificação de competência dos professores de educação básica.

No tocante a *mídias*, já existe um conceito generalizado, conforme Ferreira (2001), como sendo uma “designação genérica dos meios, veículos e canais de comunicação, como, por exemplo, jornal, revista, rádio, televisão, outdoor, etc”. E, acrescentando-se a internet e softwares educacionais, tudo são exemplos de mídias que podem ser usadas pelos professores na prática pedagógica para auxiliar o processo de ensino e de aprendizagem.

Aliás, quando se fala em Informática e Sociedade, por exemplo, há como que um novo traço cultural nascente, na medida em que se entrelaça com todos os recursos midiáticos e se torna algo imprescindível para a mediação da tecnologia informacional nas metodologias educacionais.

Indiscutivelmente o uso das mídias na Educação é da mais alta relevância para as práticas pedagógicas. O próprio MEC dispõe de programas de ensino a distância, através da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação, em parceria com secretarias de educação e universidades públicas. De forma que professores da rede pública de ensino de todo o país podem se capacitar para o uso pedagógico de tecnologias da informação e da comunicação – TV, vídeo, informática, rádio e impressos – por meio do programa Mídias na Educação, em que as aulas são online, por meio do ambiente virtual e-Proinfo.

O portal do MEC noticia a mensagem da coordenadora-geral de formação e capacitação em Ensino a Distância (EAD) da SEED, Simone Medeiros: “Queremos que o professor se aproprie de tecnologias como rádio, TV, vídeos e computador e seja capaz de utilizá-las crítica e criativamente na sala de aula”.

Quem observar a estatística de formandos em Mídias na Educação, apresentada pelo próprio MEC, em seu portal, fica maravilhado, porquanto o curso que foi criado em 2005, como experiência piloto, já atendeu 69.300 professores até 2008. E previa, para 2009, atingir 60.488 professores: 27.260 no ciclo básico, 25.394 no ciclo intermediário e 7.734 no ciclo avançado.

Há um Plano de Ações Articuladas (PAR), que estabelece metas e indicadores de qualidade para o melhor desempenho da educação básica no País e uma parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) com a SEED.

Neste ano de 2010, Simone Medeiros informa que haverá um fortalecimento da “formação dos formadores e, indiretamente, qualificar o processo, melhorando a qualidade da educação na escola”. Destaca, também, que “cada estado brasileiro tem direito a 220 vagas,

sendo 110 para educadores da rede estadual e 110 para os das redes municipais”.

Essa ocorrência merece uma reflexão, no sentido de até onde os planejamentos e as respectivas execuções dos cursos de formação encaminhados pelo MEC, por exemplo, são efetivamente concluídos e têm a desejada eficácia na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos pelos professores.

## 2.2 Observações de especialistas e estudiosos - Um referencial teórico

Há um novo olhar que apresenta o mundo da Educação, como base de construção do cidadão para seus ambientes profissionais e sociais; pelo despertar da consciência de que educador e educando têm de estarem em constante busca do aprimoramento de seus *saberes* e assentados em *pilares*, capazes de dar sustentação ao conhecimento produtivo e ao processo evolutivo da condição humana.

Indiscutivelmente, ou o professor desempenha um papel de educador para a vida de seus alunos e, por sua vez, os alunos aprendem a se educar para a vida, ou ambos estarão na contramão da Educação exigida pela atualidade da sociedade humana. Essa consciência, necessariamente tem de passar pela prática de ações estratégicas, onde quer que haja ensino e aprendizagem, em qualquer que seja a esfera ou o propósito do conhecimento.

Da mesma forma, é indispensável que existam políticas públicas, capazes de dar o necessário suporte, de toda ordem (legal, político, administrativo e/ou financeiro), a fim de que se alcancem objetivos e se realizem metas, capazes de se fazerem plataforma de desenvolvimento, também de toda ordem (político, econômico, social e, sobretudo, humano).

Ilustram essas assertivas, os pensamentos de Morin, em *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*, e de Delors, com seus *Quatro Pilares do Conhecimento*.

Morin é considerado um dos maiores pensadores do século XX. Angélica Sátiro, ao entrevistar Morin, para a *Revista Linha Direta*, em 2002, registrou a sua “formação pluridisciplinar, é sociólogo, antropólogo, historiador, geógrafo e filósofo” e destacou Morin, “acima de tudo um intelectual livre que nos propõe uma visão transdisciplinar do pensamento”.

Quando *Linha Direta* lhe perguntou como ele poderia sintetizar a sua teoria do pensamento complexo, ele disse que se trata da “união entre a simplicidade e a complexidade”, o que significa a existência de processos tais como “selecionar, hierarquizar, separar, reduzir e globalizar”. “Trata-se de articular o que está dissociado e

distinguido e de distinguir o que está indissociado”.

O pensamento de Morin é particularmente interessante e pertinente aos estudos deste trabalho, uma vez que ele se preocupa com a questão de que o conhecimento não deve ser fragmentado e propõe Sete Saberes para o verdadeiro conhecimento. Tais saberes implicam em ensinar *Reconhecer as Cegueiras do Conhecimento, seus erros e ilusões; Assumir os Princípios do Conhecimento Pertinente; A Condição Humana; A Identidade Planetária; Enfrentar as Incertezas; Ensinar a Compreensão; e A Ética do Gênero Humano*.

Esses saberes, comentados por Rizzo, podem ser assim sintetizados:

- *As Cegueiras do Conhecimento: o erro e a ilusão* devem ser objeto da Educação, no sentido de identificar a origem desses erros e dessas ilusões, porquanto há erros mentais, intelectuais, da razão e de paradigmas. E que o conhecimento científico é um poderoso meio de detecção de erros e de luta contra as ilusões.

- *Os Princípios do Conhecimento Pertinente*: a Educação deve conhecer o caráter multidimensional do ser humano e da sociedade. O educando deve ser capaz de aprender que a realidade é única, e simultaneamente múltipla. O saber não é compartimentado, ou seja, o aluno tem que ser capaz de interligar o conhecimento do todo às partes, contextualizando-o, sem reduzir ou excluir o que não é previsto ou mensurável.

- *A Condição Humana*: deveria ser objeto essencial de todo o ensino. Conhecer o humano é “situá-lo no universo e não separá-lo dele”. Cada um precisa “tomar conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos”.

- *A Identidade Terrena*: é preciso haver uma consciência planetária de reconhecimento de nossa identidade terrena. E que a Educação tem de mostrar que “todos os seres humanos partilham de um destino comum”.

- *Enfrentar as Incertezas*: “trata-se de ensinar que a história humana é uma aventura desconhecida e o futuro permanece aberto e imprevisível, mesmo com o avanço científico e tecnológico”.

- *Ensinar a Compreensão*: trata-se de ensinar a compreensão entre as pessoas como condição para o desenvolvimento da solidariedade intelectual e ética. A postura empática, generosa e tolerante diante das diferenças étnicas, religiosas e culturais.

- *A Ética do Gênero Humano*: “trata-se de ensinar a complexa concepção do gênero humano: indivíduo, sociedade e espécie; entendendo que essa tríade está interligada”.

Quanto a Delors, um político francês, autor e organizador do relatório para a

UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, intitulado *Educação, um Tesouro a descobrir*, em 1996, também traz importante contribuição para a Educação mundial:

Para poder dar respostas ao conjunto de suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra os três precedentes.

Libâneo, em entrevista à revista *Pensar a Prática* (1998), lembra que “o mundo de hoje passa por transformações profundas nas esferas da economia, da política, da cultura, da ciência”, que da associação entre ciência e tecnologia resultam “mudanças drásticas nos processos de produção e transformações nas condições de vida e de trabalho em todos os setores da atividade humana” e, por consequência, “essas mudanças mexem diretamente com a escola”.

Sobre a necessidade de os professores se tornarem capazes de usar os recursos midiáticos, nessa mesma entrevista, Libâneo é bastante enfático:

Os professores precisam vencer a resistência ao uso das máquinas e equipamentos eletrônicos, aprender sobre os meios de comunicação, desenvolver habilidades para o uso das mídias, mudar sua atitude em relação à inovação tecnológica em geral. As novas tecnologias da informação e da comunicação são portadoras de saberes, informações, valores, idéias, portanto, contribuem para a democratização da cultura e da ciência. Elas potencializam o processo comunicacional na sala de aula. Por isso, professores e professoras precisam saber tudo sobre vídeos, como discutir um filme ou um programa cultural, CD-ROM, ensino através de computador, sobre rádio e televisão, sobre criação e produção de programas, videoconferência, teleconferência etc. .

Soares, professor da USP, afirma, na revista *Ensino Superior*, edição 139, que “dominar as tecnologias de informação e utilizá-las num sentido social, seja na comunidade ou na sala de aula, é a profissão do futuro”.

Pelo que se pode depreender dessas observações, parece inequívoco o valor da formação do professor, seu planejamento para que essa formação seja continuada e que o grande propósito da Educação deve ser preparar o aluno para a vida.

### **2.3 Aspectos de realidades a considerar**

No que respeita ao uso das mídias pelo professor, de um modo geral as escolas estão se aparelhando para essa prática. Laboratórios de informática já foram instalados em muitas escolas. Professores estão participando de cursos de formação continuada para o uso das mídias, seja presencial ou à distância, inclusive com o apoio do governo federal.

Nesse sentido, veja-se o Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009 que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, quando estabelece como princípios:

- “a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e à distância” (Art. 2º, inciso IV);

- “a importância do docente no processo educativo da escola e de sua valorização profissional, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à jornada única, à progressão na carreira, à formação continuada, à dedicação exclusiva ao magistério, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho (Art. 2º, inciso IV); e

- “a formação continuada entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da escola e considerar os diferentes saberes e a experiência docente” (Art. 2º, inciso XI).

Dentre os cursos à distância, que apóiam a formação continuada dos professores, podem ser citados:

- *Mídias na Educação*, que tem estrutura modular e visa proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impresso. Seu público-alvo prioritário são os professores da educação básica.

- *Proinfo Integrado*, Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional, direcionado para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, o qual oferece cursos de Introdução à Educação Digital, de Tecnologias na Educação e de Especialização de Tecnologias em Educação.

Institucionalmente, são muitas as ações governamentais com vistas à Educação. São exemplos dessas ações, o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei no 10.172, de 2001, estabelece metas e diretrizes para a educação no Brasil para um período de dez anos. Esse plano, que será renovado a partir de 2011, reforça a ideia de um ensino de qualidade, inclusive em coordenação com estados e municípios; e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um instrumento de avaliação da qualidade do ensino de cada

etapa da Educação Básica e de monitoramento das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Vejam-se os quatro principais fatores promotores da qualidade na aprendizagem que identificou a pesquisa, realizada em 120 escolas de 20 países, sobre *Como os Sistemas Escolares de Melhor Desempenho do Mundo Chegaram ao Topo*, a qual foi publicada em junho de 2008 pela empresa americana de consultoria McKinsey & Company (qualidade dos professores, desenvolvimento profissional, cuidado com cada aluno e qualidade dos gestores):

*Qualidade dos professores* – “Mais do que as metodologias de ensino e o material didático, a atuação do professor em sala de aula é a grande responsável pelo sucesso na aprendizagem”.

*Desenvolvimento profissional* – “Professor que conhece mais ensina melhor. Aperfeiçoamento e atualização constantes têm grande impacto sobre a melhoria da qualidade do ensino no curto prazo”.

*Cuidado com cada aluno* – “O alto desempenho de um sistema de ensino depende do sucesso de todos os alunos. As nações que atingiram o topo monitoram e avaliam continuamente o aprendizado de cada aluno e oferecem para os que têm mais dificuldade aulas de reforço”. (...) “O professor de reforço tem um ano a mais de formação e salário mais alto”.

*Qualidade dos gestores* – “As nações de grande desempenho recrutam e formam diretores de alta qualidade. É ao gestor que compete administrar os recursos da escola e criar ambiente propício à aprendizagem”.

No caso brasileiro, veja-se o documento pesquisa “Caminhos do Direito de Aprender: Boas Práticas de 26 Municípios Que Melhoraram a Qualidade da Educação”, sob coordenação da UNICEF-Brasília, 2010, o qual afirma que “o professor tem papel central no desafio de garantir o direito de aprender de cada criança e adolescente”; que “em 24 dos 26 municípios analisados, a formação dos professores – tanto a inicial quanto a continuada – foi considerada um dos fatores mais importantes para o sucesso das redes”; que “motivação, compromisso e responsabilidade dos professores no exercício de sua função foram palavras recorrentes nas entrevistas, inclusive entre pais e alunos”; e que em todos os municípios pesquisados a valorização do professor surgiu recorrentemente em todas as entrevistas.

Esse mesmo documento confirma que “apoio, reconhecimento e valorização profissional constituem um fator de base para a qualidade da educação”.

Como se pode depreender, o aspecto da realidade institucional brasileira para a

Educação é bastante promissor. Mas, o que não se vê são os resultados práticos desses instrumentos normativos, com o alcance esperado. O que se vê, na prática, são os outros aspectos de incompletude, de ineficiência e de ineficácia de grande parte do que institucionalmente é disponibilizado pela esfera governamental.

O tema exige a apropriada reflexão e a competente decisão, a fim de que o papel do professor e o papel do aluno, enquanto futuro cidadão sejam, de fato, uma decorrência de seus reais conhecimentos e desempenhos e não apenas uma expectativa, diante das boas intenções contidas no acervo documental do sistema de ensino brasileiro.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese, seria de se esperar que, em qualquer esfera do Sistema de Ensino Brasileiro (federal, estadual ou municipal), os planejamentos direcionados à formação de professores para o uso das mídias, atendessem aos requisitos conceituais, normativos, administrativos e educacionais, de forma que as ações previstas ou planejadas fossem realmente realizáveis; que houvesse disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais necessários à sua execução; que o aperfeiçoamento do professor fosse continuado; que os recursos midiáticos fossem efetivamente aplicados na prática pedagógica; e que os objetivos de educar para a vida fossem eficazmente alcançados.

Entretanto, basta entrar nas salas de aula da maioria das escolas públicas brasileiras de ensino fundamental, no momento das aulas, para verificar que a maioria dos professores não só não fazem uso de mídias como instrumento de auxílio à educação, como os que tentam fazê-lo o faz com insuficiência de meios e/ou com inadequação de uso.

Essa carência e essa inadequação de uso ocorrem, generalizadamente, em todos os níveis escolares brasileiros. E, quando se focaliza o âmbito de escolas públicas municipais de ensino fundamental, é tão somente para ressaltar esse segmento, o qual por ser o dos primeiros passos do aluno (da criança) na escola, deveria ser o segmento que mais utilizasse os recursos midiáticos, a fim de melhor despertar a atenção e melhor facilitar a compreensão dos conteúdos curriculares.

O porquê de grande parte dos professores não fazer uso adequado das mídias no processo ensino-aprendizagem; as razões de insuficiência e/ou inadequação do uso das mídias na Educação; o que deve ser observado na elaboração de um planejamento, com vistas à formação de professores para o uso das mídias; que ações e respectivas estratégias devem

ser implementadas, a fim de que o planejamento para o uso das mídias seja realmente eficaz; e o que destaca a literatura a esse respeito, tudo foram e são aspectos a questionar e a refletir.

Do ponto de vista conceitual e normativo, a Educação brasileira se assenta em um grande acervo documental valioso para o sistema de ensino. Entretanto, a ineficiência e/ou a ineficácia na prática pedagógica do professor pode ser identificada, desde a sua desmotivação, em razão da desvalorização do educador enquanto profissional, até a inadequação e/ou impraticabilidade dos planejamentos para a formação desse professor, em todos os níveis educacionais e de governo.

De modo que essa temática do planejamento voltado para a formação de professores, capazes de usar eficiente e eficazmente as mídias em suas práticas pedagógicas merecem apreciações e reflexões de educadores e gestores de ensino.

Nesse sentido, tornam-se imperiosas as leituras críticas sobre a realidade educacional brasileira atual, analisando dados, informações e saberes sobre a importância das mídias na formação e na prática pedagógica dos professores, bem como identificando, na literatura, elementos normativos, conceituais e filosóficos sobre a relevância do planejamento e sua efetivação na formação continuada e na capacitação especializada de professores da rede pública do ensino fundamental, a fim de se adequarem às demandas da modernidade tecnológica e informacional aplicadas à Educação.

Enfim, focalizando os propósitos deste trabalho, após exploratoriamente rever a literatura documental e de especialistas e estudiosos sobre planejamento, formação de professores e uso de mídias na educação, verifica-se, em qualquer segmento da sociedade brasileira, o seguinte consenso no plano educacional:

- a Educação é um eficiente e eficaz poder de mudança de comportamento e de construção da cidadania para o desenvolvimento social;
- a modernidade das tecnologias midiáticas aplicáveis à Educação e a realidade das insuficiências e deficiências, em grande parte da sociedade brasileira, desafiam os gestores e educadores na conquista e na manutenção da desejável excelência do ensino público, em particular, o ensino fundamental nas redes municipais;
- os professores precisam de um saber multidisciplinar, ajustado à dinâmica evolutiva dos conhecimentos tecnológicos, de modo que eles sejam bem formados e continuamente preparados para seus papéis de educadores, inclusive com a capacidade de fazerem o uso específico e apropriado das mídias em suas práticas pedagógicas.

Entretanto, a despeito de a legislação brasileira e as várias propostas educativas na

esfera do poder público ser expressivamente modernas e adequadas às demandas da sociedade atual, especialmente no plano do conhecimento informacional, lamentavelmente ainda são observados e constatados os seguintes aspectos que fragilizam nossa realidade educacional:

- ineficiência na formação de professores e ineficácia do resultado de seus planejamentos, principalmente quando vai verificar as práticas pedagógicas aplicadas nas escolas das redes públicas municipais;

- indisponibilidade de recursos para a implementação de material tecnológico para o auxílio à instrução;

- ineficácia de leis, normas e resoluções, ainda que adequadas às exigências da educação moderna;

- generalizada desmotivação dos professores, em decorrência de sua desvalorização, dentro do próprio sistema de ensino.

Enfim, há um indesejado e inaceitável descompasso entre o concebido e o praticado em nosso sistema educacional e um grande desafio à inteligência dos profissionais da Educação.

Pelo exposto neste trabalho, educadores, gestores, intelectuais, políticos e cidadãos, todos têm de aliar seus conhecimentos, seus saberes e suas vivências ao dever pátrio e humanitário de assegurar os sabidos e indispensáveis requisitos de uma Educação Nacional de qualidade, que o agora e o futuro exigem para a formação dos cidadãos que são pilares do edifício social da nação brasileira.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 25 set. 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 30 out. 2016.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007*. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm). Acesso em: 24 set. 2016.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm). Acesso em: 27 set. 2016.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009*. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm). Acesso em: 27 set. 2016.

*Caminhos do direito de aprender: Boas Práticas de 26 Municípios que Melhoraram a Qualidade da Educação/Coordenação UNICEF – Brasília, DF: UNICEF, 2010.*

EDUCARE. Os Sete Saberes de Morin comentados por Carla Rizzo. Disponível em: <http://www.educareeduca.com.br/index.php?cont=principios>. Acesso em: 3 de Nov. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática*. Goiânia: Alternativa, 2001.

Mckinsey & Company. *Como os Sistemas Escolares de Melhor Desempenho do Mundo Chegaram ao Topo*, 2008. Disponível em: <http://www.slideshare.net/joaomaria/resumo-do-relatorio-como-os-sistemas-escolares-de-melhor-desempenho-do-mundo-chegaram-ao-topo>. Acesso em: 6 nov. 2016.

MEC. Ministério da Educação. *Mídias na Educação*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com\\_content&view=article&id=12333](http://portal.mec.gov.br/index.php/?option=com_content&view=article&id=12333). Acesso em: 24 set. 2016.

\_\_\_\_\_. *Notícias*. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/conteudoJornal.html?idConteudo=370>. Acesso em: 5 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. *Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional*. ProInfo Integrado. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13156](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13156). Acesso em: 25 set. 2016.

*ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA*. Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Educação, um Tesouro a descobrir. 1996. Disponível em: <http://www.senac.br/BTS/283/boltec283b.htm>. Acesso: 18 out. 2016.

*RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002*. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Revista ensino superior*. Procura-se um Educomunicador. Ed. 139. Editora Segmento. Disponível em: <http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=12578>. Acesso em: 10 out. 2016.

MORIN, Edgar. *Revista linha direta*. O Pensamento Complexo de Edgar Morin e sua ecologia da ação. Hipertexto, nº 57, Ano 5, Dezembro. Disponível em: [http://edgarmorin.sescsp.org.br/arquivo/download/arquivos/pensamentocomplexo\\_LD.doc](http://edgarmorin.sescsp.org.br/arquivo/download/arquivos/pensamentocomplexo_LD.doc). Acesso em: 03 de nov. de 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. *Revista pensar a prática*. Perspectiva de uma Pedagogia. Vol. 1, 1998. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/viewArticle/8/2613>. Acesso em: 25 set. 2016.